

Aumenta a mordida do Leão

Brasília – Jamil Bittar

SÍLVIA MUGNATTO
E DANIELA KRESCH

BRASÍLIA E RIO – Mais uma vez, uma boa fatia da conta de um pacote do governo será paga pelos assalariados. A partir de janeiro de 1998 e até 1999, o contribuinte vai pagar 10% a mais de Imposto de Renda, transferindo aos cofres do governo R\$ 1,2 bilhão por ano. Na prática, as alíquotas da tabela mensal do IR passarão de 15% para 16,5% e de 25% para 27,5%. Para aumentar a arrecadação, o governo também limitou em 20% as deduções do imposto devido, mesmo que o contribuinte tenha gasto, por exemplo, mais do que esse percentual com tratamento de saúde ou a escola de seus filhos.

Hoje, quem declara o IR pelo formulário simplificado pode deduzir 20% do imposto devido sem necessidade de comprovar as despesas. Com a nova regra, quem tem muitos gastos com dependentes, escola, médicos, consultas e outros e, na declaração deste ano, percebeu que é melhor preencher o formulário completo, sairá perdendo no ano que vem. Vai pagar mais imposto ou receber menos restituição. “Como sempre, quem vai arcar com o ajuste é a classe média”, analisa Rubens Branco, sócio-diretor da consultoria Arthur Andersen.

Perda – De acordo com as contas de Branco, um contribuinte que ganhe, por ano, R\$ 50 mil (ou R\$ 4.100 por mês), entregará ao Leão R\$ 872 a mais em 1998 e em 1999. Com a alíquota no patamar de 25%, essa pessoa teria que desembolsar R\$ 8.720. Com o aumento de 10% nesse patamar, que passa para 27,5%, o desembolso se transforma em R\$ 9.592.

Esse mesmo assalariado, que poderia optar pelo formulário completo se tivesse, no ano, somado



Everardo: limite de dedução do IR em 98 e 99 será de R\$ 8 mil

Aumento no Imposto de Renda (Em R\$)

Salário anual	Alíquota		Parcela a deduzir		Imposto devido		Diferença
	97	98	97	98	97	98	
11.000	15%	16,5%	1.620	1.782	30	33	3
15.000	15%	16,5%	1.620	1.782	630	693	63
40.000	25%	27,5%	3.780	4.158	6.220	6.842	622
50.000	25%	27,5%	3.780	4.158	8.720	9.592	872
100.000	25%	27,5%	3.780	3.780	21.220	23.342	2.122

Fonte: Arthur Andersen

mais do que R\$ 8.000 – o máximo estabelecido pela Receita – em descontos, terá que se contentar com esse limite. Esse caso poderia acontecer se ele tivesse juntado, por exemplo, recibos que justificassem gastos de R\$ 1.700 com escolas, R\$ 1.356 com INSS, R\$ 2.400 com saúde e R\$ 3.240 com três dependentes, que somam R\$ 8.696. “Normalmente, as pessoas não

usam muito mais do que 20% do que ganham em gastos como esses”, acredita Rubens Branco.

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, explica que o aumento do imposto é mensal. Quem tinha desconto de R\$ 400 no contracheque, vai passar a pagar R\$ 440 a partir de janeiro. Os que recebem entre R\$ 900 e R\$ 1.800 terão a alíquota elevada de

15% para 16,5%. Os salários acima de R\$ 1.800 terão o percentual elevado de 25% para 27,5%. Para o cálculo do imposto, também serão elevadas em 10% as parcelas a deduzir.

Sonegação – Para o consultor Rubens Branco, essa elevação nos tributos vai provocar um aumento na sonegação do Imposto de Renda. “Toda vez que sobe a tributação, aumenta a sonegação. Só não se tem como medir o quanto”, diz o sócio-diretor da Arthur Andersen. Para Branco, as mudanças no IR são das mais fortes medidas do pacote do governo. “Há algumas que são só para inglês ver, mas outras são muito boas”.

É importante lembrar que as outras regras continuam. Ou seja, não haverá o limite de 20% para quem preencher o formulário completo. O limite, porém, já valerá em janeiro para quem faz deduções mensais sobre o IR calculado na fonte. Podem ser deduzidos mensalmente pelos empregadores ou pelos contribuintes o valor mensal por dependente, de R\$ 90; a contribuição para a Previdência Social ou para fundos de pensão ou entidades de previdência aberta; a pensão alimentícia e a quantia de R\$ 900 por aposentadoria para quem tem mais de 65 anos.

Everardo Maciel lembrou que continuarão existindo dois formulários, o simples e o completo, porque o primeiro, além do limite de 20%, tem um limite de R\$ 8.000. Ou seja, se a pessoa teve uma renda anual de R\$ 100 mil, tem deduções de R\$ 12 mil e optou pelo simplificado, o limite de dedução é reduzido para R\$ 8 mil. Se esta pessoa optar pelo formulário completo, onde as deduções devem ser comprovadas por recibos, só haverá o limite de 20%.